



ODTI

Observatório sobre
Direitos Trabalhistas e
Sociais Internacionais

Abril de 2026

EDITORIAL

A abrangência de direitos sociais e o STF

No dia 15 de abril, as Centrais Sindicais Brasileiras realizaram importante Marcha a Brasília para entregar uma pauta de reivindicações ao Presidente da República. Na mesma data, foi apresentada a Agenda Jurídica de 2026 das Centrais Sindicais no STF e no TST, que procura organizar os temas relevantes em matéria de Direito Administrativo; Direito Civil; Direito Previdenciário; Direito Tributário; Direitos Sociais; Direitos Trabalhistas; Relações sindicais; e Serviço Público, que já estão submetidos ao Supremo Tribunal Federal nas diversas modalidades de ação. E a Agenda Legislativa das Centrais, que visa ser ferramenta de monitoramento e incidência no Congresso Nacional.

Lei sobre Igualdade salarial

Ao longo dos mais de 30 anos da Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal tem assumido papel importante na defesa dos direitos sociais e em especial do Direito do Trabalho – em todas as suas dimensões – e das proteções sociais derivadas, da previdência social e papel do Estado na economia e na própria gestão da administração pública.

O STF incluiu na pauta de julgamentos, do dia 6 de maio, três ações sobre a Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611, de 2023). A norma cria mecanismos de transparência dos critérios remuneratórios das empresas, com o objetivo de reduzir a disparidade salarial entre os gêneros.

A ação tem relatoria do Ministro Alexandre de Moraes e atende a uma demanda da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que questionam a obrigatoriedade da publicação de relatórios por parte das empresas, alegando necessidade de proteger critérios de confidencialidade salarial.

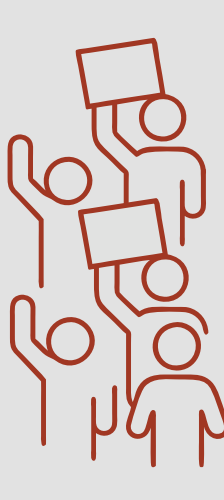
A expectativa dos especialistas e das entidades sindicais é que o STF confirme a constitucionalidade da norma, visando combater desigualdades históricas de gênero no mercado de trabalho.

O julgamento ocorre logo após o prazo para as empresas publicarem o relatório de transparência salarial do primeiro semestre de 2026.

A decisão será fundamental para consolidar as diretrizes de transparência remuneratória no Brasil.

NOTÍCIAS

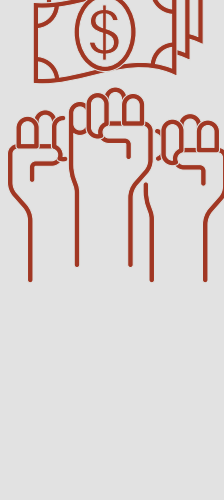
Fazer crescer a luta pelos salários e os direitos! Derrotar o Pacote Laboral!



Em 18 de março, o Conselho Nacional da CGTP-IN convocou a classe trabalhadora de Portugal para uma mobilização nacional, cujo ponto central é a exigência pela retirada do Pacote Laboral e a valorização real de vencimentos e pensões em resposta à crise do custo de vida. Além da agenda de protestos e greves marcada para abril e maio, o texto ressalta o compromisso com a herança da Revolução de Abril e da Constituição, propondo uma série de eventos culturais e atos públicos para reafirmar as conquistas sociais e resistir à precarização dos direitos no País.

SAIBA MAIS!

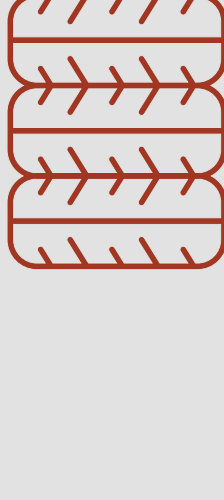
“Só queremos que a vida seja sustentável”: trabalhadores de Los Angeles à beira da greve em disputa contratual



Em seu artigo publicado em 6 de abril de 2026, Mark Kreidler aborda a iminente greve unificada no Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (LAUSD), destacando o contraste entre a dedicação dos funcionários e a precária realidade econômica que enfrentam. Através de relatos de trabalhadoras como Tinesha Wirt e Maria Guadalupe Avalos, o texto expõe como salários defasados e o alto custo de vida na Califórnia levam profissionais da educação e serviços escolares à insegurança alimentar e habitacional.

SAIBA MAIS!

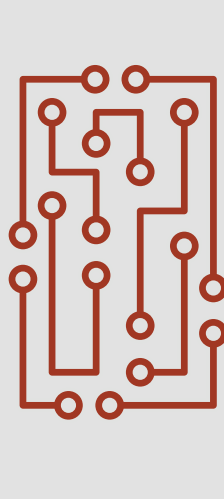
Trabalhadores da indústria de pneus brasileiros enfrentam demissões devido à China



O reposicionamento dos sindicatos brasileiros frente ao avanço comercial chinês e ao distanciamento dos Estados Unidos sob o governo Trump, é o objeto de análise do texto de diversas organizações ligadas à indústria do pneu no Brasil. O artigo destaca a crise na indústria nacional de pneus, sufocada por importações, e a tentativa das centrais sindicais de estabelecer uma diplomacia direta com Pequim para proteger trabalhadores do setor de tecnologia e aplicativos. Diante do fim de parcerias históricas com entidades americanas, as lideranças buscam novas estratégias internacionais para preservar direitos e enfrentar a desindustrialização no Brasil.

SAIBA MAIS!

O que significa trabalhar sob o olhar de um algoritmo?



Nesta análise, Lynn Parramore discute o impacto desumanizante do “bossware”, o uso de inteligência artificial para monitorar trabalhadores de forma constante e invasiva. A autora alerta que o rastreamento de microexpressões e produtividade digital cria um ambiente kafkiano, onde o julgamento automatizado substitui a gestão humana, gerando estresse e corroendo a autonomia. O texto defende que a dignidade profissional exige transparência algorítmica e proteção legal, impedindo que a tecnologia transforme o trabalhador em um mero conjunto de dados descartáveis.

SAIBA MAIS!

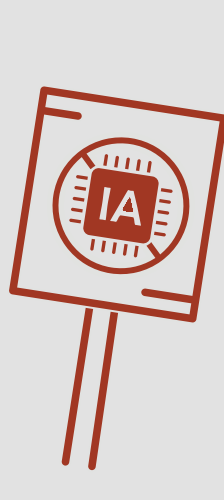
Chegou a hora de taxar os ricos



Neste artigo, Lawrence S. Wittner analisa a trajetória histórica e o cenário atual da tributação sobre grandes fortunas nos Estados Unidos, destacando o contraste entre a crescente desigualdade econômica e o anseio popular por justiça fiscal. Ao detalhar como décadas de cortes de impostos beneficiaram bilionários e corporações em detrimento do financiamento de serviços públicos, o autor expõe o impacto direto dessa concentração de riqueza na influência política e defende a urgência de reformas legislativas.

SAIBA MAIS!

A resposta do movimento sindical à IA? Devolvam-nos o nosso tempo!



Partindo de uma perspectiva crítica sobre o avanço tecnológico, o artigo de Vishal Reddy examina a discrepância entre a ambição das grandes corporações e a segurança da classe trabalhadora diante da Inteligência Artificial. O autor argumenta que, em vez de focar apenas em estratégias defensivas e burocráticas, o movimento sindical deve adotar a semana de trabalho de 32 horas como uma bandeira central de luta. Apresentando evidências de ganhos em produtividade e bem-estar, o texto propõe que a verdadeira soberania do trabalhador frente à IA não reside em frear a tecnologia, mas em converter o progresso técnico em tempo livre e dignidade humana.

SAIBA MAIS!

LANÇAMENTO

Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no STF e TST 2026



A Agenda Jurídica das Centrais Sindicais de 2026 consolida as principais teses e processos em trâmite no STF e no TST que impactam diretamente a classe trabalhadora. O documento atua como um guia estratégico para o monitoramento de ações que visam sobre direitos previdenciários, trabalhistas e sindicais, alinhando a atuação jurídica aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A agenda busca não apenas acompanhar a uniformização da jurisprudência em temas como a transição justa e o trabalho digno, mas também fortalecer a autonomia das entidades sindicais na defesa de uma sociedade mais inclusiva e responsável.

SAIBA MAIS!

Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional 2026



Com o olhar voltado para os desafios de um ano eleitoral e as transformações profundas no mundo do trabalho, as Centrais Sindicais apresentam sua Agenda Legislativa 2026. Elaborado pelo DIAP, o documento consolida-se como um instrumento estratégico de incidência política, organizando as principais propostas em tramitação no Congresso Nacional que afetam a jornada, a remuneração e a proteção social dos brasileiros. Em meio a avanços tecnológicos e crises climáticas, a Agenda busca qualificar o diálogo entre o movimento sindical e o Parlamento, assegurando que o desenvolvimento econômico do país esteja ligado à garantia de direitos e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à classe trabalhadora.

SAIBA MAIS!

